

Constituinte: por enquanto apenas desfazendo equívocos.

A declaração do ex-ministro Afonso Arinos de que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que preside irá, em nome do governo, preparar um "anteprojeto constitucional" causou tal desagrado que o porta-voz palaciano, Fernando César Mesquita, e o ministro Fernando Lyra tiveram que se esforçar muito ontem para desfazer a má impressão deixada pelo primeiro dia de funcionamento da comissão.

O porta-voz foi incisivo em negar que a comissão esteja incumbida de elaborar o anteprojeto da nova Constituição. Esclarecendo que reproduzia o pensamento do presidente Sarney, afirmou que a comissão apenas elaborará estudos e fornecerá subsídios.

Lyra foi mais enfático ainda: garantiu que o presidente Sarney não tem intenção de enviar o trabalho que resultar da comissão Arinos à Assembléia Nacional Constituinte. "O destino desse documento será a sociedade, que poderá tomá-lo como base para o debate sobre o assunto. O importante é que a comissão represente o grande foro de debate nacional sobre a Constituinte, e o fruto de seu trabalho um embrião do grande debate".

Desse modo, o ministro não considerou problema que o trabalho resultante seja chamado de "anteprojeto", como Afonso Arinos faz questão de dizer. "Alguns chamam de anteprojeto, outros de es-

boço de projeto e há os que chegam a imaginar que poderá ser uma Constituição. O presidente da República é que receberá o trabalho da comissão e decidirá qual o encaminhamento que lhe dará. E ele já disse que o destino é a sociedade e não o Congresso." - 5 SET 1985

Parlamentarismo

Enquanto a comissão do governo não começa a trabalhar, e enquanto a Ordem dos Advogados do Brasil continua protestando pela forma com que a Constituinte está sendo tratada pelo Executivo, a Câmara dos Deputados deu início ontem a um Seminário sobre a Constituinte, em que fizeram palestras o assessor especial da Presidência da República Célio Borja, o professor Hélio Jaguaribe, o consultor-geral da República Paulo Brossard, a professora Rosah Russomano e o deputado Ernani Satyro.

Brossard lançou — e defendeu — o parlamentarismo, com apoio da professora Rosah Russomano. Fez um histórico sobre o presidencialismo e o parlamentarismo, que apontou como mais moderno e adotado pelas democracias que avançaram no campo social, e o ideal para contornar o tipo de crise política que se sucede no Brasil.

Ernani Satyro rebateu lembrando que o presidencialismo dá certo nos Estados Unidos assim como o parlamentarismo funciona bem na Inglaterra — e que por isso

mesmo o regime tem mais a ver com a própria natureza do povo.

— É o brasileiro não está interessado nisso, o parlamentarismo não está na sua raiz. E eu não vejo nenhuma manifestação em seu favor.

Brossard defendeu ainda a eleição de um Congresso com poderes constituintes e manifestou-se contra as candidaturas avulsas.

O ex-deputado Célio Borja propôs uma Carta "ascética", contendo apenas princípios gerais e sem descer a detalhes — o que a seu ver faria com que tivesse vida curta.

— A Constituição precisa se atter a princípios gerais, pois cada geração tem suas necessidades e seus padrões. Seria uma arrogância uma geração pretender impor à geração futura certos padrões. Os constituintes precisam ter a humildade de não querer fazer isso.

O professor Hélio Jaguaribe disse que o que está em jogo "é a transformação da sociedade, passando-se da hegemonia da classe média para uma democracia de massas". Ele destacou que a transição se dá num momento em que o País atravessa uma das suas piores crises econômicas, e que isso torna o desafio ainda mais difícil. "A tarefa da Constituinte será organizar a sociedade com uma agilidade de produção de riquezas e sua administração de forma equilibrada, para se atender às necessidades sociais da população".